

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

DISPOSITIVOS EDUCATIVOS NÃO-FORMAIS ALIADOS AO PERCURSO ACADÊMICO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO: O PAPEL INTEGRATIVO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO CONTEXTO DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Ana Luisa Zaniboni Gomes¹

RESUMO

Discutimos neste artigo a contribuição das chamadas atividades complementares no percurso de graduandos em Jornalismo contextualizadas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais que vigoram no Brasil desde 2015. A partir de recente pesquisa com jovens universitários das principais faculdades de São Paulo sobre a estratégia de formação a que aspiram, refletimos sobre a importância atribuída por eles a esses mecanismos de ensino-aprendizagem extracurriculares. Referimo-nos, sobretudo, a atividades desenvolvidas em espaços educativos não-formais, aqui entendidas como uma das formas possíveis de integrar saberes e alargar os limites da atuação profissional em um mundo dinâmico, acelerado e mediado pelas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Formação. Educação não-formal. Atividades complementares. Diretrizes Curriculares Nacionais.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Jornalista profissional diplomada e diretora de gestão da OBORÉ Projetos Especiais. E-mail: analuisagomes@obore.com

1. INTRODUÇÃO

Este texto integra o relatório final de pesquisa desenvolvida entre 2016 e 2018 junto à Comissão de Pesquisa da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no âmbito do *Programa Nacional de Pós-Doutorado* (PNPD).

A investigação aqui relatada apoiou-se nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Jornalismo (BRASIL, 2013), em vigor desde 1º de outubro de 2015 nos 385 bacharelados da área oferecidos em universidades, faculdades e demais Instituições de Ensino Superior brasileiras. (BRASIL, 2017). O propósito maior da pesquisa foi colaborar com reflexões acerca da contribuição das chamadas atividades complementares na dinamização do percurso acadêmico de graduandos em Jornalismo, sobretudo iniciativas assentadas em terrenos educativos não-formais. Objetivou também investigar, a partir da expectativa dos próprios jovens universitários acerca da estratégia de formação a que aspiram, a importância que atribuem a esses mecanismos de ensino-aprendizagem extracurriculares, aqui entendidos como uma das formas possíveis de alargar os limites da atuação profissional – no presente e no futuro próximo - em um mundo dinâmico, mediado pelas tecnologias, acelerado e em constante mutação. (CITELLI, 2015, 2017, 2018).

O cenário para tal prospecção foi mapeado junto a estudantes das principais faculdades de São Paulo egressos do Projeto Repórter do Futuro – atividades de complementação universitária desenvolvidas desde 1994 pela OBORÉ² e cujo desafio é aliar teoria à prática reflexiva no exercício cotidiano do Jornalismo. Trata-se, como já definiu Manuel Carlos Chaparro, integrante da Comissão de Especialistas responsável pela formulação das novas DCN, de iniciativa reconhecida como o embrião de uma nova lógica formativa baseada na

² Com sede em São Paulo, desenvolve atividades educativas como o Projeto Repórter do Futuro, consultorias de análise e planejamento de comunicação e gestão de projetos que dialogam com temas como Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos. Ver www.obore.com

integração do conhecimento formal ao saber acumulado nas práticas seculares da profissão: “um projeto que antecipa, desde o seu início, conceitos e ideias que dão fundamento a algumas das mais importantes diretrizes curriculares aprovadas [...] para os cursos de graduação em Jornalismo.” (CHAPARRO, 2016, p. 9-11).

Importante recuperar que dentre as principais reorientações das DCN estão o aumento da carga horária de 2.700 para o mínimo de 3.200 horas, sendo 200 para o estágio – agora instituído formalmente na grade curricular, de caráter obrigatório e supervisionado. As disciplinas de formação específica e as atividades laboratoriais devem ser distribuídas pela grade já a partir do primeiro semestre de estudos, proporcionar maior integração entre teoria e prática e com 50% das aulas desenvolvidas em laboratórios ou atividades extracurriculares. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) passa a ser individual e realizado de forma prática - com a elaboração de um produto jornalístico -, ou monográfico, como incentivo à imersão do aluno no mundo da pesquisa científica ainda na sua graduação. O documento faz referência a atividades complementares enquanto componentes curriculares não obrigatórios que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive se adquiridas fora do ambiente de ensino. Recomenda ainda que a formação considere o preparo dos futuros profissionais de forma a que também possam exercer a atividade como autônomos, enfatizando o espírito empreendedor e a convergência tecnológica.

Ao observarmos, porém, a grandeza e grandiosidade dos conteúdos que integram os seis eixos fundantes das Diretrizes, mesmo reconhecendo neles um cenário necessário e ideal para a formação pretendida, difícil não argumentar se é de fato possível administrar tal carga teórica e prática, com a mínima competência necessária e desejável, dentro das 3.200 horas previstas na grade curricular dos bacharelados.

Estudos recentes de colegas pesquisadores (MEDITSCH et al, 2018) cuidam de acompanhar, de forma exploratória e em todas as regiões do país, experiências de adaptação dos cursos de Jornalismo às novas Diretrizes, cinco anos após a sua implantação. Ao analisarem projetos pedagógicos de 54 cursos – os chamados PPC, verificam que há resistência por parte de instituições de

ensino superior em criar os Departamentos de Jornalismo em substituição aos de Comunicação seja pelo custo financeiro da operação (no caso das escolas particulares), seja pelo embate conceitual e hierárquico do campo ou morosidade das mudanças estruturais internas das organizações públicas.

Outro aspecto crítico apontado no estudo em questão refere-se ao fato de disciplinas do eixo de fundamentação humanística estarem, na maioria dos casos, concentradas no 1º semestre do curso, conferindo menor carga horária que os demais componentes e oferecidas como optativas ou a distância. Os autores também revelam que discussões sobre a dimensão ética da profissão permanecem, na amostragem pesquisada, sem alinhamento aos objetivos da disciplina e tampouco atualizadas ao universo digital. Atentam para a falta capacitação do corpo docente para atuar com as disciplinas voltadas às novas tecnologias digitais e convergentes e falam da defasagem da estrutura tecnológica das escolas, que não estão acompanhando a modernização dos equipamentos e *softwares* disponíveis e já em uso no mercado editorial brasileiro. As pesquisas localizam, inclusive, importância significativa do jornalismo impresso na grade dos cursos analisados em detrimento das novas linguagens demandadas pelas redes sociais e produções em multiplataforma. (MEDITSCH et al, 2018).

Vale aqui destacar que nas novas Diretrizes as referidas atividades complementares não são componentes obrigatórios; entretanto, são consideradas enriquecedoras e úteis para aperfeiçoar o perfil do formando e dar flexibilidade ao currículo. Elas devem ser selecionadas pelo aluno ao longo da graduação, levando em conta o seu interesse, realizadas com supervisão, orientação e avaliação dos docentes do próprio curso e aprovação da coordenação. A natureza das atividades deve ser avaliada pela instituição de ensino por meio de mecanismos e critérios definidos em regulamento próprio, respeitando as particularidades e especificidades do curso.

São reconhecidas como complementares as atividades de caráter didático - tais como frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso visando ampliar o conhecimento dos estudantes sobre conteúdos específicos como economia, política, direito, legislação, ecologia, cultura, esportes, ciência, tecnologia - ou de abordagem acadêmica, como relatos de

iniciação científica, pesquisa experimental, extensão ou monitoria didática em congressos científicos e profissionais. A essas atividades podem ser atribuídos créditos, pontos ou computação de horas para efeito de integralizar o total da carga horária curricular.

2. ASSUNTO E PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a importância de mecanismos extracurriculares de ensino-aprendizagem na complementação do percurso acadêmico de estudantes de graduação em Jornalismo? Quais lacunas da graduação estariam sendo preenchidas por esses cursos?

Como já apresentado inicialmente, a busca de possíveis respostas às questões motivadoras de nosso estudo concentrou-se em estudantes de Jornalismo que participaram, entre os anos de 2006 e 2018, do Projeto Repórter do Futuro – atividade de formação concebida pela OBORÉ com o objetivo de oferecer alternativas de autodesenvolvimento a estudantes que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o Jornalismo - em especial, sobre a reportagem, a alma da profissão. Desde então, os cursos são promovidos a cada semestre para, no máximo, 20 alunos por turma.

Uma metodologia própria conduz pedagogicamente as suas atividades por meio de Conferências de Imprensa seguidas de Entrevistas Coletivas. Os alunos são acompanhados, de forma individual, na produção de seus textos e, ao final do módulo, realizam uma produção jornalística – em texto, áudio, vídeo ou multimídia - a partir de uma reportagem de fôlego, com foco na prática reflexiva de cada participante e não simplesmente na aplicação de técnicas. Há, igualmente, incentivo para que o aluno publique a sua reportagem em um veículo de comunicação que tenha um editor responsável.

Para medir o empenho real de cada participante, o projeto considera o critério da “Reembolsa”: o aluno compromete-se a pagar o curso ao se inscrever, no valor de um salário mínimo. Se assistir a todas as aulas, participar de, ao menos, um atendimento individual com os coordenadores pedagógicos, produzir as matérias solicitadas a cada encontro e conseguir publicar ao menos uma delas em um veículo com editor responsável, recebe o investimento de volta. Para

viabilizar os cursos, a OBORÉ faz parcerias com instituições que acreditam na importância desta proposta e, conjuntamente, é modulado o conteúdo de cada atividade, com temáticas relevantes para a formação pretendida.

O PRF já contribuiu com a formação de cerca de 800 jovens em seus 25 anos de existência – todos oriundos, principalmente, de cursos de Jornalismo. Nos últimos dez anos, a média de inscrições tem sido de 200 estudantes por módulo – geralmente disputando as 20 vagas ofertadas. Invariavelmente, as reembolsas efetuadas ultrapassam 80%. Considerando então as diversas atividades do PRF ao longo de quase três décadas, fomos a campo recolher dos egressos suas impressões e opiniões sobre essa experiência. As atividades lhes foram úteis, em algum momento? Como e por quê? O intervalo cronológico escolhido para prospecção dos sujeitos de pesquisa, como já dissemos, foi de 2006 a 2018 para garantir maior atualidade possível às questões afeitas ao exercício do Jornalismo.

3. CENÁRIO CONCEITUAL

Os fundamentos que inspiraram a pesquisa partiram, sobretudo, de reflexões clássicas que marcaram não só a vida mas a obra de pensadores como Theodor Adorno, Paulo Freire e Günther Kress, cujos estudos estão referenciados em diferentes áreas do saber e distintos momentos históricos. São indagações sobre o que entendemos por formação, para que ela serve, para onde deve conduzir e que percurso propõe. Nos dias de hoje, por exemplo, como responder a tantos e complexos desafios de formação? Nisso, eles também nos ajudam a pensar.

Para o filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno, educar é produzir uma consciência verdadeira e suas bases são a prática emancipadora, que deve preparar o homem para se orientar no mundo e não apenas produzir pessoas bem ajustadas socialmente. Nesse sentido, a tarefa de instituições como a família, a escola, a universidade, é fortalecer o espírito crítico frente ao conformismo, à adaptação e ao ajustamento, dotando os indivíduos de um modo próprio de se relacionar e enfrentar as contínuas mudanças do mundo. (ADORNO, 1998).

O educador Paulo Freire, um dos pioneiros no Brasil a defender a natureza política do processo educativo, lembra que a Educação que queremos e o tipo de ser humano que queremos formar deve ser um questionamento constante tanto no discurso dos educadores quanto na prática pedagógica. Para o autor, a Educação enquanto ato de conhecimento e prática da liberdade é, antes de mais nada, conscientização – processo este que se desenvolve quando transitamos da fase espontânea da apreensão à fase crítica na qual a realidade se torna reconhecível. Nesse sentido, Freire entende que cabe à Educação quebrar as amarras impostas pela consciência acrítica, vencer a comodidade da consciência transitiva ingênua - que mantém a distância entre as classes e os papéis sociais - e ajudar as pessoas a exercerem, de fato e de direito, a consciência crítica como forma de vida. (FREIRE, 1996).

Com obras devotadas à compreensão do significado da Educação no contexto da existência individual e social dos homens, o autor insistentemente problematiza a questão da neutralidade – mito que nega a característica política conferida ao ato educativo e onde, segundo Freire, reside a diferença fundamental entre a prática educativa ingênua (idealista), a prática astuta (reacionária) e a prática crítica (emancipadora). (FREIRE, 2003).

Günther Kress, docente e pesquisador do Departamento de Cultura, Comunicação e Mídia do Instituto de Educação da Universidade de Londres, entende que um recurso de ensino-aprendizagem adequado aos jovens deve, necessariamente, considerar a forma provável do futuro no qual atuarão – e para o qual o currículo constitui o projeto. Desse modo, é preciso atenção aos diferentes tipos de solicitação, formas de trabalho e estruturas do mundo com o qual estamos lidando. Para tanto, o autor sugere atenção às grandes mudanças deflagradas na sociedade na era pós-moderna pois devem ser especialmente consideradas e avaliadas em uma reflexão sobre formação. Dentre elas estão, por exemplo, a transferência do poder do Estado para o mercado, que assume a tarefa de ditar as regras e demandas econômicas e sociais do planeta; a subjetividade do indivíduo, que passa de cidadão a consumidor; a forma de sociedade monocultural agora transformada em multicultural; a mudança na economia - da produção industrial de massa para a produção de nichos, por um lado, e da

indústria secundária e terciária à indústria da informação e do conhecimento, por outro. Kress trata também das novas formas de representação e comunicação assentadas, atualmente, no potencial de produção e autoria de textos - o que altera as relações de autoridade - e na dominância da escrita para um uso crescente de imagem e, conseqüentemente, do uso do livro para a tela imagética. (KRESS, 2003, p. 119).

Está muito bem dimensionada por Adorno, Freire e Kress a noção de que a Educação cumpre um papel essencial quando ajuda a formar pessoas emancipadas, autônomas, que exercem a consciência crítica como forma de vida e são capazes de criar um modo próprio de enfrentar as contínuas mudanças do mundo. Tais ideias formam, portanto, o cenário conceitual da investigação que abrigou o assunto, a questão da pesquisa e suas hipóteses de trabalho.

4. HIPÓTESES

Referenciou nosso estudo um *sistema de hipóteses* que funcionou como elemento ordenador na construção e reconstrução permanente do objeto de pesquisa, de seu processo investigativo e dos pressupostos teóricos que o orientaram.

Assumimos como hipóteses que a tarefa de sensibilizar, capacitar e formar futuros repórteres não deveria ser unicamente da universidade, tampouco do mercado, mas de um esforço coletivo de instituições sociais que valorizam o papel da imprensa e estão interessadas em ampliar a competência dos profissionais do Jornalismo de forma a também colaborar na compreensão a respeito do mundo em que vivemos. Com isso, percebemos que atividades extracurriculares poderiam complementar a experiência acadêmica e facilitar a integração de saberes desde que acionados por práticas reflexivas. Outro pressuposto foi que a ausência de atividades laboratoriais na maioria dos cursos, o desaparecimento de jornais alternativos que funcionavam como redações orgânicas e a falta de vivência e intercâmbio entre estudantes e jornalistas experientes potencializou a importância de cursos extracurriculares na conquista de um outro padrão de qualidade e competência no Jornalismo.

5. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS, TEÓRICOS E PRÁTICOS

O objetivo geral da pesquisa foi compreender que tipo de contribuição as chamadas atividades complementares – sobretudo os processos educativos não-formais – poderiam aportar ao percurso acadêmico de estudantes de graduação em Jornalismo. Como objetivo específico, propôs-se a compreender quais lacunas da graduação tais mecanismos de ensino-aprendizagem extracurriculares se encarregaram de preencher. Teoricamente, buscamos nos processos educativos não-formais referenciais que nos proporcionaram dialogar com as novas DCN para os cursos de Jornalismo e que justificaram a importância de os estudantes da área exercitarem uma prática reflexiva da profissão ainda durante a fase da graduação. Como objetivo prático, quisemos demonstrar que tanto a educação formal, centrada no saber acadêmico, quanto a não-formal, que desenvolve a prática reflexiva complementarmente aos ambientes estruturados da universidade, podem e devem ser coadjuvantes na formação dos futuros profissionais da imprensa.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Adotamos, nesta pesquisa, a perspectiva qualitativa como método de investigação e análise pois, na sua lógica, a explicação dos fenômenos nas Ciências Sociais não está no acontecimento em si, mas na perspectiva dialética em que o fato surge, se alimenta e circula. Nela, o trabalho do pesquisador é buscar no campo histórico-social as relações estruturais de seu objeto por meio dos princípios da contradição e promover a interconexão dos vários elementos envolvidos no fenômeno, permitindo o surgimento de um novo conhecimento. A corrente teórica que sustentou o caminho deste nosso estudo foi o paradigma materialista, para o qual descobrir as dinâmicas que regem e modificam os fenômenos em análise, inclusive a própria percepção desses fenômenos, é fundamental na pesquisa científica. Como lugar de análise adotamos os territórios educacionais não-formais - conceito amplamente discutido em autores como Maria da Glória Gohn e Willy Bolle, que nos ajudam a compreender, sobretudo a localizar, as várias possibilidades e formas de ensino-aprendizagem que convivem no mundo educativo.

Por entender que a educação formal, centrada na escola, não consegue responder a todas as questões e a todos os afetos que as situações de aprendizagem solicitam, Gohn (2006, p. 3) aponta a existência de outros espaços que também cumprem essa função. Neles, o aprendizado é lúdico e se contrapõe à tarefa de aprender como um dever, uma obrigação. Se o território da educação formal é a escola, onde os educadores são os professores, no espaço informal os agentes educadores são a família, os amigos, a igreja, os veículos de comunicação e seu espaço de ação é o cotidiano. Nos processos educativos não-formais, por sua vez, os educadores são aqueles com quem as pessoas interagem ou se integram e os territórios de ensino/aprendizagem são as trajetórias buscadas pelos participantes e normalmente marcados pela presença de elementos ligados à intencionalidade, participação e interesse de aprender e trocar saberes. Considerando ainda que a educação informal é o caminho espontâneo de socialização dos indivíduos e que a educação não-formal é a trajetória que as capacita para se tornarem cidadãos, os resultados esperados desses processos são uma formação para a leitura e interpretação do mundo que os cerca, uma formação para a vida e suas adversidades e não apenas uma capacitação para o mercado de trabalho (GOHN, 2006, p.3).

Na mesma linha de raciocínio, Bolle entende que as necessidades reais da vida já não são mais satisfeitas pelo saber formal e que é na “escola paralela” que se aprende a ter espírito crítico para se libertar da escola tradicional – a que usa a lousa para representar, ensinar ou fingir, destacando o fato de que, na língua alemã, esses três verbos são sinônimos e na palavra “formação” tanto cabem a ação de “esculpir” quanto “formatar”. (BOLLE, 1997, p.12). Para o autor, a formação ainda é um conceito possível na contemporaneidade desde que guiada pelo espírito crítico - aquele capaz de entender e distinguir as manobras que determinam os sentidos das palavras e das coisas, e localizar pareceres desfigurados, já que tudo o que existe está, de fato, carregado de valores. Por isso, a todo bom leitor do mundo cabe compreender a existência de campos de sentidos e reconhecer que neles é preciso se posicionar não de maneira ingênua, mas de forma crítica e negociada.

Interessante destacar que para esta reflexão, Bolle inspira-se nos cenários descritos por Walter Benjamin em “A infância berlinense por volta de 1900” (BENJAMIN, 1995). Ali, uma carteira escolar e uma escrivaninha de um quarto de estudos já aludiam a lugares distintos de ensino/aprendizagem: a escola e a vida. No texto, a ideia de formação estaria mais ligada ao mundo de fora da escola e ao autodidatismo que à própria sala de aula. Fica ali evidente o acerto de contas com a escola que finge formar, além da crítica ao tipo de saber que não mais satisfaz as necessidades reais por ter se distanciado da vida.

7. METODOLOGIA

Por reconhecer que a investigação de caráter qualitativo é um processo de decisões metodológicas, esta pesquisa estruturou-se a partir do Modelo Metodológico (Lopes, 2001) que recomenda, além de rigor na escolha e no uso dos instrumentos de pesquisa adequados, uma sustentação clara e minuciosa de todas as decisões tomadas pelo pesquisador no processo de desvelamento de seu objeto de estudo. Vamos a elas.

7.1 Construção da base de dados e delimitação do universo e da amostra de pesquisa

Nosso *universo* de pesquisa foram estudantes de graduação em Jornalismo - da rede pública ou privada - que já haviam participado de alguma atividade relacionada ao PRF. Para compor a *amostra inicial de pesquisa*, utilizamos a base de dados do Projeto dos anos 2006 a 2016, em seguida atualizada para os anos de 2017 e 2018, e da qual constavam 839 registros de egressos dos 43 cursos ministrados no período. Este recorte temporal possibilitou que a investigação alcançasse tanto os alunos ainda cursistas, de todos os semestres, quanto estudantes recém-formados na última década. Utilizamos técnica de amostragem não-probabilística, onde não coube a interferência estatística: a pesquisa dependeu do aceite e colaboração dos informantes. Neste caso, como aponta Lopes (2001, p.145), a amostra é classificada de significativa ou de representatividade social (não-estatística) e os métodos de tratamento dos dados são qualitativos. Após a extração de duplicidades, verificamos a atualidade dos contatos disponíveis enviando uma mensagem teste por correio eletrônico. O resultado foi 237 notificações de endereços desativados - o que significou uma

listagem final com 602 nomes de egressos com potencial de resposta. Foi essa, portanto, nossa amostra inicial.

7.2 Formulação do questionário e *corpus* de pesquisa

O questionário foi estruturado com perguntas fechadas e abertas com solicitações de dados sobre perfil pessoal e histórico de seus trajetos acadêmicos, suas impressões, ideias ou avaliações de experiências concretas vivenciadas na etapa de graduação e, eventualmente, na fase inicial de suas carreiras profissionais de forma a permitir ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões. As questões foram organizadas no formato *online* em Formulários Google e encaminhadas aos 602 contatos e-mail da amostra inicial. O formulário ficou aberto e disponível para preenchimento em dois momentos distintos: entre os dias 29 de junho e 1º de agosto de 2017, ocasião na qual recebeu 90 retornos, e de 30 de abril a 4 de junho de 2018, quando recebeu mais 18 retornos. Totalizamos, portanto, 108 respondentes, gerando uma amostra final de 18%, o que delimitou nosso *corpus* de pesquisa.

7.3 Descrição e interpretação dos dados

A descrição dos dados foi organizada com a tabulação dos questionários e posterior sistematização e análise. Em seguida, percorremos o desafio de reconhecer e interpretar os dados de nossa pesquisa tendo como referência as conceituações definidas nas Diretrizes Curriculares de 2013 e as propostas formativas baseadas na prática reflexiva desenvolvidas há cerca de 25 anos pelo Projeto Repórter do Futuro.

8. SOBRE OS RESULTADOS

Estão delineados e analisados, abaixo, o perfil dos sujeitos de nossa investigação e suas falas potentes que impregnaram de sentido as questões motivadoras da pesquisa - seja pela riqueza de informações acerca de suas experiências cotidianas na escola, no local de trabalho ou na busca por empregos na área, seja pelo alto grau de percepção dos desafios para atuar profissionalmente no Jornalismo - hoje e no futuro próximo.

Maciça maioria dos respondentes (82%) é originária de cursos de Comunicação / Jornalismo oferecidos, principalmente, por instituições renomadas como ECA/USP, Cásper Líbero, PUCSP e Mackenzie. Desses, 64% ainda cursam a graduação: mais da metade deles já trabalha na área jornalística como estagiário, *freelancer* ou mesmo formalmente contratado, enquanto os demais dedicam-se a vivenciar a experiência universitária e complementar a formação acadêmica com atividades extracurriculares. Trinta e seis por cento dos jovens pesquisados está diplomado há pelo menos cinco anos e em plena fase de ascensão profissional. Desses, todos estão ativos na área: metade atua como repórter ou editor de publicações online; outra metade dedica-se a atividades *freelancer* na produção de textos e reportagens para *sites*, na área de assessoria de imprensa ou na organização da comunicação externa de empresas, instituições, ongs e sindicatos.

O mercado de trabalho é o maior desafio apontado por esses jovens, que relatam dificuldades em ingressar na área ou mesmo manter o emprego atual dado o quadro de instabilidade econômica do país, as mudanças profundas no modelo de negócio da Comunicação – aqui e em diversas partes do mundo - além dos altos índices de violência a que a profissão vem sendo submetida nos últimos anos.

No relato dos estudantes, a precarização crescente da profissão e os baixos salários são realidades muito alarmantes, mas grave mesmo é o atual desenho das redações: grande maioria abriga equipes enxutas, de perfil profissional polivalente, que acumulam funções, atuam em conteúdos diversificados e em ambiente multiplataforma. Essas estruturas demandam alta carga de trabalho, cobram rapidez nas tarefas cotidianas de produção e distribuição por conta dos prazos de fechamento cada vez mais curtos, e não mais investem em reportagem por economia de recursos - o que exige dos profissionais das redações apurações apenas por telefone e dependência crescente dos conteúdos distribuídos por assessorias e agências especializadas.

Nesse sentido, destacamos que estudos desenvolvidos por Fígaro, Donato e Grohmann (2013) já revelavam o cenário inóspito do mercado para jornalistas no Brasil desde os anos 1990 face às novas lógicas produtivas do mundo do

trabalho. Segundo Fígaro (2013), desde então, dadas as transformações nas relações de trabalho, passam a ser comuns no cotidiano dos jornalistas situações como contratos sem registro em carteira, pejotização (contrato de pessoa jurídica), terceirização, cooperativismo e *freelancers*. Temas como debilidades na formação acadêmica, intensificação do ritmo de trabalho, avanço tecnológico e inovações na produção faziam parte das preocupações com o futuro da profissão. O que nos parece hoje ter acentuado são, apenas para ficar em algumas situações novidadeiras, os desdobramentos do uso das redes sociais digitais no cotidiano do Jornalismo, o que exacerbou, na prática, fenômenos como o da pós-verdade, das *fake news*, das campanhas *on demand*, dos algoritmos e da vigilância digital. Também surgiram, muito recentemente, ferramentas que o jornalismo mais explorador de novas tecnologias tem utilizado, como *chatbots* e sistemas de interação homem-máquina aplicados ao Jornalismo, *Big Data*, *Open Data*, *Machine Learning*, Realidade Aumentada, Realidade Virtual e Tecnologias Imersivas - o que proporciona novas facetas do olhar investigativo sobre o objeto ou o fato noticioso, gera novas narrativas jornalísticas e novas formas de produção e distribuição audiovisual até então pouco utilizadas nas publicações tradicionais brasileiras, como mapas geolocalizados, *podcasts*, *streaming* etc. (DEAK, 2018).

Os resultados de nossa investigação também indicaram que um dos motivos pelos quais, ainda na graduação, os estudantes recorrem a uma atividade extracurricular é a vontade de conhecer e vivenciar o mundo prático do Jornalismo, expandindo o constructo teórico das atividades acadêmicas. Isso explica por que, para a quase totalidade desses jovens (97%), a maior contribuição do PRF foi sentida no contexto das práticas laboratoriais: exercitar a escrita produzindo um texto jornalístico por semana, treinar a disciplina pessoal cumprindo os prazos estabelecidos pelo *deadline*, participar de uma coletivas e desenvolver noções de pauta, aprender a produzir reportagens, aperfeiçoar técnicas de apuração e aprimorar tanto a redação quanto a edição de textos. Destaque especial foi dado por eles aos atendimentos individuais e acompanhamento dos textos produzidos, ao convívio com colegas de outras faculdades e à possibilidade de construir suas próprias redes de fontes e contatos. Outros aportes importantes relatados foram a motivação para

continuar o curso, possibilidade de vivências outras que não as tecnicidades da profissão, aumento de repertório e de capital de relações como fontes para pesquisas, temas para as monografias das disciplinas, além, evidentemente, do aproveitamento da carga horária de atividades dos módulos na comprovação das horas complementares obrigatórias na faculdade.

Na visão dos estudantes e recém-formados pesquisados, desenvolver atributos como agilidade, flexibilidade, resiliência, coragem, confiança, sensibilidade e comprometimento é condição para quem atua e pretende crescer no Jornalismo. Quando indagados sobre as habilidades necessárias a todo e qualquer postulante à profissão, referem-se a temas de natureza tecnológica, dentre os quais domínio de estratégias de uso das redes sociais, conhecimento de programação na internet, busca, manejo, extração e raspagem de dados, métricas, procedimentos de *fact cheking* e produção de reportagens em realidade virtual. Entretanto, fundamental mesmo, dizem eles, é aprender os procedimentos básicos da essência da profissão - saber o que é uma notícia, como preparar e pesquisar uma pauta, como fazer uma reportagem, como redigir um texto jornalístico, técnicas de edição, estratégias de relacionamento com entrevistados e competência para cruzar informações advindas de várias fontes.

Ora, tais conteúdos que formam a base do Jornalismo são elementos da estrutura curricular da graduação e, portanto, de responsabilidade da escola. As situações reais apontadas nos resultados da pesquisa dão conta de que atividades complementares como as do Repórter do Futuro estão preenchendo lacunas, por ora e há tempos, ligadas aos três eixos chamados ‘técnicos’ das Diretrizes: o da *formação profissional*, que trata dos processos de gestão, produção, apuração, redação e edição jornalística; o da *aplicação processual*, que fornece elementos para coberturas em diferentes suportes tais como impresso, áudio, vídeo e *web*, por exemplo, e o eixo de *prática laboratorial*, cujo papel é integrar todos os aportes curriculares a partir de projetos editoriais específicos - jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, redes sociais, entre outros.

Bem sabemos que, além das teorias e das técnicas, não é possível falar de formação sem considerar a fundamentação humanística do graduando,

responsável por imprimir o caráter ético, estético e histórico do conhecimento aplicado ao seu campo de atuação. Para Fígaro (2013), é cada vez mais relevante discutir a responsabilidade social e ética da profissão, além do seu compromisso com o direito à informação. D’Avila e Campiolo (2018) também reconhecem na fundamentação humanística uma função importante, sobretudo para a formação do jornalista como produtor intelectual. Para elas, diante do cenário fragmentado da profissão, mais que pensar as leis de mercado é preciso pensar na qualidade do Jornalismo. (p. 37). Ao verificarem como o eixo humanístico proposto nas novas Diretrizes do bacharelado em Jornalismo está sendo inserido nos projetos pedagógicos de cursos oferecidos nas cinco regiões do Brasil, as autoras atentaram para o fato de ser “um conteúdo que não merece a mesma atenção e investimento na formação dos jornalistas” (2018, p.38). As disciplinas desse eixo, em sua maioria, estão alocadas nos primeiros semestres, contabilizam menor carga horária e ofertadas como optativas e não obrigatórias; em alguns casos, estão disponíveis apenas ou principalmente na modalidade a distância.

Por fim, contrariando uma das hipóteses de pesquisa, as análises nos indicaram não ser possível relacionar a qualidade da formação na área à falta de vivência e intercâmbio entre estudantes e jornalistas experientes por conta da extinção de jornais alternativos e suas redações orgânicas. Há novos arranjos produtivos na área, como colaborativismo e *crowdfunding*, apontam estudos de Nonato et al (2016, p.10), que vem atraindo e arregimentando jovens profissionais para o nicho do jornalismo independente, com experiências de gestão compartilhada, pautas e processos de reportagens com viés de crítica social e direitos humanos, além de experiências de produtos diferenciados tendo com suporte a convergência tecnológica em ambientes digitais. São experiências que têm muito a oferecer às instituições de ensino superior, aos estudantes de graduação e futuros profissionais, mas, principalmente, ao Jornalismo, pois são protótipos de novos métodos e novas possibilidades de um campo que se alarga e expande fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações cada vez mais rápidas e profundas pelas quais o mundo vem passando nas últimas décadas evidenciam que a tarefa de comunicar a

realidade, dinâmica de funcionamento e instrumentos de participação contemporâneos é crescentemente complexa e requer preparação especializada – daí a importância dos cursos de graduação em Jornalismo para quem quer atuar na profissão.

O mercado tradicional desenvolveu seus próprios mecanismos de seleção e de formação de profissionais – os chamados treinamentos dirigidos - que obedecem regras estabelecidas em manuais de redação e comportamento corporativo. Este mercado não está muito preocupado com a academia nem com as discussões e os impasses a ela ligados, como é o caso do diploma para o exercício da profissão de jornalista, por exemplo, quesito desconsiderado na maioria das contratações efetivadas atualmente na área.

Junte-se a isso o fato de que a conformação atual dos meios de comunicação tradicionais deixou ao repórter a tarefa solitária de empreender o mergulho necessário na realidade a fim de retratá-la com eficiência e verdade. O jornalista tem consciência de que precisa fazê-lo, mas as obrigações profissionais do dia a dia, a variedade, diversidade e complexidade cada vez maior de temas a cobrir dificultam que ele se dedique às questões centrais de suas reportagens como sabe que deveria.

As observações dos estudantes e recém-formados registradas em vários momentos da pesquisa denunciam que os cursos de graduação em Jornalismo não estão sendo suficientes para dar conta das questões básicas da profissão. Este cenário contextualizado nos parece comprovar - inclusive por estar de acordo com a orientação do novo marco legal do ensino do Jornalismo no Brasil - que a tarefa de sensibilizar, capacitar e formar futuros repórteres não pode estar centrada apenas na universidade, tampouco nas mãos do mercado. Isso deve ser compreendido como um esforço coletivo de instituições sociais que valorizam o papel da imprensa e estão interessadas em ampliar a competência dos profissionais do Jornalismo de forma a também colaborar na compreensão a respeito do mundo em que vivemos.

Portanto, reafirmamos que, no nosso entender, o papel propulsor e integrativo das atividades complementares no contexto das novas Diretrizes

Curriculares Nacionais reside em funcionar como estimulador de competências e catalisador de experiências vividas no ambiente acadêmico e no espaço cotidiano da profissão, facilitando a integração de saberes e ancoradas em matrizes que ainda hoje nutrem a expectativa de um Jornalismo competente, relevante, ético e útil.

Quem se dedica à arte de educar, seja em território escolar ou fora das estruturas acadêmicas formais, se reconhece pelo menos em algumas das questões aqui relatadas. As novas urgências a que estamos todos desafiados a responder emanam de rostos jovens, com nome, sobrenome e sonhos de futuro – um porvir incerto mas que carece de muita atenção aqui e agora.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BENJAMIN, W. Infância em Berlim por volta de 1900. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas II. Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.71-142.

BOLLE, W. A ideia de formação na modernidade. In GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo (org). **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortêz; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 1/2013**, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: << http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192 >>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de Consulta Avançada. **Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados (Sistema e-MEC)**. Brasília, 2017. Disponível em: << <http://emec.mec.gov.br/> >>. Relatório Processado em: 30 out. 2017.

CHAPARRO, M.C. Repórter do Futuro teve embrião de ousadias pedagógicas. In: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; ESCOLA DO PARLAMENTO; OBORÉ PROJETOS ESPECIAIS. **Cadernos de Jornalismo do Projeto Repórter do Futuro**: Descobrir São Paulo, descobrir-se repórter para entender e falar dos desafios da nossa cidade. São Paulo: Imprensa Oficial, 2016, p.9-11.

CITELLI, A. O. Tecnocultura e educomunicação. **Rizoma**, v. 3, p. 47-62, 2015.

CITELLI, A. (org.) **Comunicação e Educação: os desafios da aceleração social do tempo**. São Paulo: Paulinas, 2017. (Coleção Educomunicação).

CITELLI, A. O. Processos de comunicação e expansões temporais na educação. In: XV Congresso Ibercom, 2018, Lisboa. **Comunicação, diversidade e tolerância**. Lisboa: UCP, 2107. v. 1. p. 1205-1217

DÁVILA, C.S., CAMPIOLO, F.C. A formação humanística. In: MEDITSCH, E.; AYRES, M.B.; BETTI, J.G.; BARCELOS, M. (org). **O Ensino do Jornalismo sob as Novas Diretrizes – miradas sobre projetos em implantação**. Florianópolis: Insular, 2018, p. 21-33.

DEAK, A. Cursos de curta duração [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <analuisagomes@obore.com> em quarta-feira, 28 de novembro de 2018, às 18h23.

FIGARO, R. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **E-Compós**, v. 16, n. 1, 14 jun. 2013. Disponível em <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/855/649> >. Acesso em 30 nov. 2018.

FIGARO, R., NONATO, C., GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

FREIRE, P. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação e Atualidade Brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cortez/IPF, 2003.

GOHN, M.G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas na Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

KRESS, G. O ensino na era da informação: entre a instabilidade e a integração. In: Garcia, R. L; MOREIRA, A.F.B. **Currículo na contemporaneidade: desafios e incertezas**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 115-137.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MEDITSCH, E.; AYRES, M.B.; BETTI, J.G.; BARCELOS, M. (org). **O Ensino do Jornalismo sob as Novas Diretrizes – miradas sobre projetos em implantação**. Florianópolis: Insular, 2018.

NONATO, C., BULLA, O., FIGARO, R. O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista. **ALCEU (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 17 - n.33 - p. 5 a 18 - jul./dez. 2016. Disponível em <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/art%205-18.pdf> >. Acesso em 30 nov. 2018.